

Pacem in Terris

Francisco Petros

Há épocas em que o mundo parece envelhecer de repente. Não porque lhe faltem ciência, riqueza ou tecnologia, mas porque lhe falta ética. O nosso tempo é um desses. A civilização contemporânea, tão ágil para inventar meios de conexão, cura, cálculo e produção, voltou a depender, com uma docilidade inquietante, do mal da destruição. A guerra reapareceu não apenas como episódio, mas como atmosfera. Ela paira sobre a política internacional como uma névoa de resignação. Em muitos países, já não se pergunta como evitá-la, mas como “administrá-la”, como “narrá-la e entendê-la”, como “lucrar com ela”, como apresentá-la às sociedades sem demasiada vergonha.

Eis o primeiro sinal do nosso rebaixamento. A guerra deixou de ser, para muitos, uma falha extrema da política e tornou-se um instrumento da normalidade. Ao invés de ser vista como a falência das instituições, a guerra é tratada como recurso de governo. Paradoxalmente, a miséria moral dos líderes empresta uma aparência de grandeza às guerras. O mundo, neste início de março de 2026, não está apenas cercado por conflitos - está educado por eles. A “pedagogia do medo” prevalece.

Não se trata de uma multiplicidade casual de frentes desconexas. O conflito entre Rússia e Ucrânia prossegue em sua devastação, o Oriente Médio voltou a uma combustão ampliada, com Gaza destroçada e a escalada Israel-Irã-EUA ameaçando toda a região, o Iêmen continua como laboratório de exaustão humanitária, Afeganistão e Paquistão atravessam combates primevos de uma guerra, Taiwan vive sob pressão militar, cibernética e psicológica crescente da China, o Sudão tornou-se o palco da maior crise de deslocamento forçado do planeta e, no hemisfério ocidental, a atuação militar de Donald Trump na Venezuela reintroduziu, sob linguagem de poder, uma lógica de ocupação que deveria estar confinada ao passado. Esses fatos não pertencem a um inventário aleatório do caos. Eles compõem um sistema.

O que unifica esse sistema não é apenas a geopolítica. É algo mais próximo, mais incômodo e, por isso mesmo, mais revelador: boa parte dessas guerras armadas, dessas “quase-guerras” e dessas escaladas permanentes nasce da crise política interna dos próprios regimes envolvidos. A política externa, muitas vezes, não passa de política interna projetada sobre o mapa. Líderes enfraquecidos, coalizões frágeis, economias pressionadas, sociedades polarizadas, ressentimentos identitários e desigualdades crônicas produzem uma tentação recorrente: fabricar no exterior a intensidade que já não se consegue produzir legitimamente no interior. Raymond Aron compreendeu com sobriedade exemplar que a política internacional jamais pode ser separada da forma dos regimes e da anatomia do poder que a conduz.¹

É claro que seria pueril dizer que toda guerra nasce de uma pesquisa eleitoral ruim ou de um gabinete acuado. A realidade internacional é mais trágica do que uma caricatura dessas. Há conflitos reais de segurança, disputas territoriais autênticas, ameaças estratégicas objetivas. Mas a recusa da caricatura não deve levar à recusa da evidência. Governantes em dificuldade recorrem, com frequência histórica quase didática, ao

¹ ARON, Raymond. *Paz e guerra entre as nações*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2018.

conflito externo como tecnologia de recomposição interna. A guerra concentra a atenção coletiva, simplifica a linguagem pública, fabrica lealdades emocionais, desidrata a crítica, reorganiza a economia ao redor de urgências, recodifica fracassos como sacrifícios patrióticos e transforma o governante vacilante em figura de exceção. O líder que já não convence tenta, então, assustar.

O Oriente Médio oferece, hoje, a mais violenta demonstração desse processo. Gaza converteu-se num território onde a devastação já ultrapassou o léxico ordinário da tragédia. Segundo o OCHA, sigla em inglês para “Escritório da Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários” quase toda a população atual da Faixa, cerca de 2,1 milhões de pessoas, foi deslocada, e toda a população necessita de assistência humanitária. Além disso, entre 7 de outubro de 2023 e 9 de fevereiro de 2026, pelo menos 588 “trabalhadores humanitários” foram mortos no território. Em 28 de fevereiro de 2026, Israel fechou todas as passagens para Gaza, inclusive as utilizadas para ajuda humanitária e evacuações médicas, aprofundando o estrangulamento de uma população já submetida à fome, ao colapso hospitalar e à ruína material.

Essa realidade, por si só, bastaria para fazer ruir qualquer retórica de normalidade. Mas, o elemento mais inquietante está em outro plano. Benjamin Netanyahu chega a 2026 sob pressão política acentuada. A Reuters noticiou em janeiro que ele enfrentará os eleitores pela primeira vez desde o ataque terrorista de 7 de outubro de 2023 do Hamas e que o desfecho da crise com o Irã é visto por analistas como decisivo para salvar seu legado. A mesma reportagem registrava que pesquisas sucessivas desde o fim de 2023 apontavam derrota de Netanyahu numa eleição a ocorrer em prazo máximo em outubro próximo. Não é intelectualmente sério reduzir a guerra à biografia política de um só homem. Mas é impossível ignorar que a guerra se tornou o cenário dentro do qual essa liderança busca recompor autoridade, deslocar o foco do fracasso interno e recuperar o manto da indispensabilidade.

A escalada regional agravou ainda mais essa lógica. Em 28 de fevereiro e 1º de março de 2026, os ataques combinados dos Estados Unidos e de Israel contra o Irã, seguidos de retaliações iranianas em vários pontos da região, empurraram o Oriente Médio para uma zona de perigo sistêmico. António Guterres, Secretário-Geral da ONU, declarou que o uso da força pelos Estados Unidos e por Israel contra o Irã, assim como a resposta iraniana, mina a paz e a segurança internacionais. A União Europeia, por sua vez, pediu contenção máxima e advertiu para riscos econômicos amplos, inclusive sobre rotas vitais como o estreito de Ormuz. Em poucas horas, o conflito deixou de ser apenas um drama regional e passou a ameaçar energia, comércio, abastecimento, diplomacia e o já precário direito internacional.

O que isso revela é algo mais grave do que um mero erro de cálculo estratégico. Revela uma espécie de poder que só consegue falar alto quando está à beira do abismo. O governante incapaz de oferecer coesão política duradoura aprende a sobreviver pela produção contínua de emergência. A guerra funciona, nesse contexto, como a linguagem suprema da urgência. Ela dispensa a paciência da reforma, a lentidão da justiça, a autocrítica institucional e a contenção democrática. Em vez de governar, administra-se o medo. Em vez de persuadir, convoca-se a tribo. Em vez de construir paz, fabrica-se inimigo.

A Ucrânia e a Rússia oferecem outro teatro dessa transformação, talvez ainda mais acabado. A guerra já não pode ser lida apenas como invasão, resistência e disputa

territorial. Ela passou a integrar a própria estrutura política do regime russo. A ONU informou, em fevereiro de 2026, que pelo menos 15.172 civis foram mortos e 41.378 feridos desde fevereiro de 2022! A missão de monitoramento das Nações Unidas observou também que 2025 foi o ano mais letal para civis desde 2022, impulsionado por aumento expressivo do uso de drones de curto alcance e de ataques em áreas povoadas. A guerra, ali, não é mais um meio contingente: tornou-se forma de reprodução de poder.

Ao mesmo tempo, a realidade econômica começou a cobrar o preço do militarismo permanente. A Reuters reportou, em fevereiro de 2026, que o déficit orçamentário russo pode quase triplicar em relação à meta oficial, em razão da queda das receitas petrolíferas e de descontos comerciais ampliados. Dias antes, outra reportagem da agência registrara que o FMI reduziu a projeção de crescimento da Rússia para 0,8% em 2026. Em termos políticos, isso importa porque mostra que o conflito, para Moscou, já não serve apenas para projetar força externa, mas também para disfarçar fragilidade interna. Encerrar a guerra significaria expor, sem anestesia, o custo humano, fiscal, institucional e psicológico do regime.

É aqui que a guerra deixa de ser instrumento e se torna ecossistema. Ela gera interesses que dependem de sua continuidade, cria uma economia de fornecedores, propagandistas, burocratas e ideólogos, recodifica a crítica como traição, faz da disciplina uma virtude nacional e converte a paz num evento perigoso, porque a paz pede balanço, responsabilidade, revisão, memória, e a memória é tudo o que um poder personalista deseja controlar. A guerra sustenta o governante não apenas quando ele vence, mas também quando precisa adiar o momento em que será julgado.

A experiência contemporânea ensina que o populismo não deve ser compreendido apenas como gesticulação verbal, desprezo pelas mediações ou elogio plebiscitário da vontade. O populismo é, antes de tudo, uma tecnologia de simplificação moral. Ele precisa dividir a realidade em campos absolutos: o povo verdadeiro e os seus traidores, de um lado, e a nação virtuosa e seus sabotadores, de outro. Na política externa, o conflito deixa de ser eventual e se converte em tentação permanente. O líder populista precisa de inimigos externos porque eles lhe oferecem o palco ideal para a encenação da decisão soberana.

Donald Trump, na Venezuela, tornou isso quase literal. A espetacular captura de Nicolás Maduro pelas forças dos Estados Unidos, em janeiro de 2026, abriu uma nova fase de tutela americana sobre os fluxos petrolíferos venezuelanos. A Reuters informou que apenas um terço dos americanos aprovou o ataque, enquanto 72% declararam preocupação com o risco de excessivo envolvimento dos EUA na Venezuela. A mesma cobertura mostrou que Trump vinculou a operação ao futuro econômico do petróleo venezuelano, afirmando que companhias americanas investiriam bilhões para restaurar a produção do país. Mais recentemente, a Reuters noticiou que Washington passou a controlar diretamente as receitas dessas vendas, com expectativa de US\$ 2 bilhões até o fim de fevereiro.

Há, nesse episódio, um ensinamento brutal sobre o nosso tempo. O conflito externo não tem uso apenas para satisfazer ambições estratégicas: serve também para reorganizar o imaginário doméstico de autoridade. Um governo pressionado por tensões econômicas, polarização e desgaste institucional reaparece como governo de comando, de impulso, de iniciativa, de músculo. A ação militar encurta o caminho entre insegurança interna e prestígio externo. O governante troca legitimidade por teatro.

Esse mecanismo não é americano, embora nos Estados Unidos ele adquira grande e inédito poder performativo. Também surge, com intensidades diversas, em democracias fatigadas, regimes híbridos, autocracias eleitorais e lideranças sitiadas por crises de popularidade. Benjamin Netanyahu, Vladimir Putin, Donald Trump e outros líderes de nosso tempo não são idênticos entre si, nem equivalentes moral ou institucionalmente. O que os aproxima é outra coisa: a percepção de que a política interna já não pode ser sustentada apenas por administração, resultado ou promessa racional. É preciso intensidade. E a guerra fornece intensidade como quase nada mais fornece.

O populismo contemporâneo ressurgiu com a afinidade eletiva com a militarização. Ele não tolera a ambiguidade, prefere o clarão da ameaça. Ele não sabe trabalhar com o adversário legítimo, precisa do inimigo radical. E, quando a desigualdade social produz massas humilhadas, frustradas ou cronicamente desprotegidas, essa linguagem encontra terreno fértil. A ilustre intelectual Martha Nussbaum² insiste, em sua obra sobre emoções políticas, que as democracias dependem de sentimentos públicos capazes de conter o medo, a repugnância e a humilhação como fundamentos da vida comum. Quando essas emoções não são educadas, a política tende a tornar-se punitiva. E a política punitiva, cedo ou tarde, encontra na guerra seu grande teatro.

Está claro que nenhuma guerra séria se explica apenas pela desigualdade. Mas, quase nenhuma guerra prolongada deixa de ser, em algum nível, alimentada por ela. A desigualdade produz mais do que carência, produz humilhação. Produz a convicção de que a ordem social não distribui dignidade. Produz raiva, insegurança, competição feroz por reconhecimento e disponibilidade para narrativas que prometem reparação por meio da exclusão de alguém. Quando o Estado fracassa em oferecer cidadania, o ressentimento torna-se matéria-prima para líderes que fabricam coesão pela agressividade.

É por essa razão que a guerra contemporânea deve ser lida também como sintoma da falência do contrato social. Em sociedades profundamente fraturadas, a energia política que poderia ser investida na redução da pobreza, na universalização de direitos, na reconstrução de infraestrutura pública, na reforma das instituições e na pacificação do debate é desviada para a mobilização identitária. A desigualdade alimenta o populismo que alimenta o conflito que alimenta a indústria militar que, por sua vez, legitima novos desvios de recursos que poderiam reduzir a desigualdade. Forma-se assim um círculo vicioso, tão lucrativo para alguns quanto devastador para quase todos.

Afganistão e Paquistão são um exemplo eloquente dessa dinâmica. Nos últimos dias de fevereiro e no primeiro de março de 2026, Reuters e Associated Press relataram os confrontos mais intensos entre os dois países em anos, com ataques aéreos, represálias na fronteira e acusações mútuas relativas ao abrigo concedido a grupos militantes. A Reuters destacou que a escalada foi precipitada por bombardeios paquistaneses em território afegão e pela alegação de Islamabad de que o Talibã abriga o Tehrik-e-Taliban Pakistan. O Financial Times observou, na mesma conjuntura, que 2025 foi o ano mais letal em duas décadas para as forças de segurança paquistanesas. Estamos, aqui, diante de uma fronteira em que a crise interna de ambos os regimes se derrama sobre a geografia.

² NUSSBAUM, Martha C. *Political Emotions: Why Love Matters for Justice*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013.

Mas o dado mais eloquente talvez seja outro: a política interna do Afeganistão talibã é ela própria uma forma de guerra social. Reuters informou em janeiro que restrições impostas às mulheres passaram a comprometer inclusive o acesso a ambulâncias e hospitais, ameaçando o funcionamento do próprio sistema de saúde. A proibição da educação feminina além do ensino primário e da formação médica para mulheres tende a produzir uma catástrofe sanitária adicional. Um regime que humilha sistematicamente metade de sua população constrói, dentro de si, a cultura da violência que depois transborda. Não há paz externa confiável onde a vida civil interna foi mutilada.

O Iêmen, por sua vez, mostra como a guerra pode sobreviver tanto pela agressão direta quanto pelo cansaço dos observadores. Segundo o *Global Humanitarian Overview 2026*, 23,1 milhões de pessoas necessitam de assistência no país! O mesmo panorama destaca que mais de 16 milhões precisam de proteção e que 4,7 milhões estão deslocadas internamente. A Reuters acrescentou, em janeiro, que a crise deve piorar em 2026 em razão de cortes de financiamento, colapso econômico e ruptura de serviços essenciais. O Iêmen é a prova de que a guerra mais longa não é necessariamente a mais visível. Às vezes, ela apenas sai do centro das telas, sem por isso sair do centro da dor.

Taiwan representa outra modalidade contemporânea de beligerância: “a guerra antes da guerra”. O Parlamento taiwanês discutirá um orçamento especial de defesa de US\$ 40 bilhões, emperrado por objeções da oposição, em meio à preocupação de legisladores americanos com o atraso da aprovação. A mesma agência informou, no início de janeiro, que os ciberataques chineses contra infraestrutura essencial de Taiwan - de hospitais a bancos - subiram para uma média de 2,63 milhões por dia em 2025, alguns sincronizados com exercícios militares. Aqui, o conflito não se dá apenas por tropas e mísseis: ele se insinua na ansiedade cotidiana, na disputa orçamentária, na infraestrutura elétrica, na confiança institucional e na psicologia coletiva.

Taiwan é decisiva para compreender o presente porque mostra que a política interna fragilizada cria vulnerabilidades exploráveis por potências externas. A democracia dividida converte-se em oportunidade geopolítica. O desacordo orçamentário interno passa a fazer parte da equação estratégica de um rival. E então a guerra já não é apenas possibilidade militar. É estrutura de pressão permanente sobre a vida civil. Não se vive em paz: vive-se sob a administração da possibilidade da guerra.

Se o mundo estivesse apenas preocupado com os conflitos que afetam diretamente grandes potências, ainda haveria cinismo nisso, mas pelo menos haveria coerência. O problema é pior: a comunidade internacional tornou-se desigual também em sua capacidade de lamentar. O Sudão tornou-se o caso exemplar dessa indiferença assimétrica. Segundo o UNHCR, sigla em inglês para Alto Comissariado para Refugiados das Nações Unidas, cerca de 14 milhões de pessoas foram forçadas a deixar suas casas desde o início do conflito em abril de 2023 e quase 12 milhões seguem deslocadas, entre elas mais de 7 milhões dentro do próprio Sudão. Trata-se da maior crise de deslocamento forçado do planeta, e, no entanto, ela ocupa um espaço ínfimo na imaginação pública global.

Esse silêncio é politicamente revelador. A guerra contemporânea não se define apenas por onde explode, mas por onde consegue se tornar invisível. Há conflitos que, depois de certo tempo, deixam de comover não porque sejam menos graves, mas porque já não são novos.

Esse é um dos riscos civilizatórios mais profundos das guerras atuais. Elas não destroem apenas vidas, cidades, economias e instituições. Elas deformam a estrutura do olhar. O cidadão comum, submetido à repetição quase industrial de imagens de ruína, aprende a consumir o desastre como sequência. O resultado é um mundo no qual a pergunta “como impedir?” cede lugar à pergunta “qual será o próximo?”.

Esse rebaixamento da sensibilidade não é moralmente neutro. Ele produz consequências institucionais. Sociedades fatigadas pressionam menos, exigem menos, fiscalizam menos, lembram menos. Líderes aprendem então que o escândalo tem prazo de validade. A guerra deixa de ser exceção para tornar-se gestão.

Se o mapa do sofrimento é vasto, o mapa do dinheiro é talvez ainda mais escandaloso. O SIPRI³ calculou que o gasto militar mundial alcançou US\$ 2,718 trilhões em 2024, no décimo ano consecutivo de crescimento e com alta anual de 9,4%, a mais acentuada desde pelo menos 1988! No mesmo ciclo, a receita combinada das cem maiores empresas produtoras de armas e serviços militares chegou a US\$ 679 bilhões, o maior valor já registrado pela série do instituto. Não se trata de um detalhe técnico da economia internacional. Trata-se de um índice moral daquilo que o mundo aprendeu a financiar com diligência.

Em contraste, a OCDE⁴ informou que a ajuda oficial ao desenvolvimento dos países membros do DAC, sigla em inglês para Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE, somou US\$ 214,5 bilhões em 2024, com queda real de 6% em relação ao ano anterior. O OCHA, por sua vez, lançou para 2026 um apelo humanitário de US\$ 33 bilhões para atender 135 milhões de pessoas, ao mesmo tempo em que admitiu a necessidade de priorizar apenas os casos mais agudos por meio de um plano reduzido de US\$ 23 bilhões. Os números são brutais em sua simplicidade: o mundo gasta cerca de doze vezes mais com despesas militares do que com ajuda oficial ao desenvolvimento! As cem maiores empresas de armas, sozinhas, faturam mais de três vezes toda a ajuda oficial anual dos grandes doadores e o total necessário para o apelo humanitário global representa uma pequena fração do que o planeta já aceita como normal na militarização. Impressionante!

É verdade que não existe uma série mundial única, perfeitamente homogênea, que permita contrapor “gasto social global” e “gasto militar global” como se se tratasse da mesma unidade contábil. Ainda assim, a “comparação política” é inevitável. Segundo estimativas da OCDE, o gasto social público médio dos países membros equivalia a cerca de 21% do PIB em 2022 e o mesmo organismo calculou que, em 2024, os países da organização destinaram em média 9,3% do PIB à saúde. Esses percentuais não são diretamente comparáveis ao total global de despesas militares, mas servem para demonstrar o contraste entre duas lógicas: a “economia do cuidado” é constantemente debatida sob a lógica dos “excessos de gastos”, enquanto a economia da guerra costuma ser acelerada sob a “gramática da urgência”.

³ STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. *Trends in World Military Expenditure, 2024*. Stockholm: SIPRI, 2025.

⁴ ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. *Official Development Assistance (ODA) in 2024: final statistics*. Paris: OECD, 2025.

John Maynard Keynes⁵ viu com rara nitidez, ainda no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, que a guerra não termina quando o canhão silencia. Ela continua sob a forma de dívida, inflação, desorganização produtiva, punição coletiva, ressentimento histórico e empobrecimento social. O século XXI, tão orgulhoso de sua inteligência técnica, parece ter desaprendido essa verdade elementar. A militarização prolongada drena recursos públicos, desorganiza cadeias logísticas, encarece alimentos e energia, desloca populações, corrói sistemas de saúde e educação, e ainda educa as sociedades para a aceitação do desvio orçamentário contínuo. A guerra, em suma, não apenas mata: ela reordena prioridades de maneira duradoura.

Também por isso a indústria armamentista não deve ser vista como pano de fundo neutro. Ela é parte ativa da economia política do conflito. O que se chama de “complexo industrial-militar” talvez devesse ser nomeado com menos pudor: trata-se de uma arquitetura de interesse material na reprodução da insegurança.

Se a guerra ganhou gestores, a paz perdeu intérpretes. Este é, a meu ver, um dos dramas menos discutidos do presente. Há diplomatas, enviados especiais, relatórios, conferências, resoluções, mecanismos de mediação. Tudo isso importa e não deve ser desprezado. Faltam, de modo quase dramático, promotores da paz capazes de mobilizar sociedades em torno de projetos pacifistas amplos, moralmente convincentes e politicamente organizados. Faltam vozes com densidade histórica, densidade ética e densidade pública. Faltam, por assim dizer, “arquitetos da imaginação pacífica”.

Essa ausência se torna ainda mais grave porque o espaço público foi ocupado por uma linguagem na qual a prudência parece fraqueza, a mediação parece covardia e a contenção parece cumplicidade. Num clima assim, quem fala em paz corre o risco de ser tratado como um “distraindo moral” ou “incapaz de compreender a dureza do mundo”. A verdade é oposta. Falar em paz, seriamente, exige entender o mundo em sua dureza sem capitular diante dela! Exige distinguir entre o uso trágico e excepcional da força e a rotina obscena da força disponível. Exige compreender que segurança sem justiça degenera em repressão, assim como justiça sem segurança se dissolve em vulnerabilidade!

A encíclica *Pacem in Terris* continua a oferecer, nesse sentido, uma gramática de impressionante atualidade.⁶ Ao sustentar que a paz só pode ser construída sobre verdade, justiça, amor e liberdade, João XXIII não enunciava apenas uma fórmula devocional, mas uma arquitetura política. Verdade significa resistência à propaganda que desumaniza povos inteiros. Justiça significa enfrentamento das desigualdades, humilhações e opressões que alimentam o conflito. Amor, em chave pública, significa reconhecimento da dignidade do outro para além do cálculo estratégico. Liberdade significa instituições que não precisam do medo para produzir obediência.

Gandhi, por sua vez, continua a recordar que a não violência não é passividade, mas disciplina moral e política⁷. Ela exige mais coragem do que a retórica da revanche, porque pede que a força interior resista à sedução do ódio. Bertrand Russell, de outra tradição,

⁵ KEYNES, John Maynard. *The Economic Consequences of the Peace*. EUA: Alpha Edition, 2025.

⁶ JOÃO XXIII, Papa. *Pacem in Terris: carta encíclica sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade*. Vaticano, 11 abr. 1963.

⁷ GANDHI, Mohandas K. *Hind Swaraj and Other Writings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

mostrou em 1959 como o militarismo moderno representa muitas vezes a rendição da inteligência ao pânico organizado⁸. Entre um e outro, permanece uma lição decisiva: o pacifismo digno desse nome não é o *hobby* dos ingênuos, mas a ética difícil dos que recusam a simplificação assassina do mundo.

O problema é que a época atual não apenas carece de pacifistas influentes. Nosso tempo parece incapaz de produzi-los. A juventude é interpelada por crises múltiplas - climática, tecnológica, econômica, psicológica - e, agora, também pela reabilitação da guerra como linguagem normal da política. No entanto, quase não se lhe oferece um vocabulário público robusto de ação pacifista. O resultado é um vazio. E o vazio, na política, nunca fica vago por muito tempo: ele é ocupado pelos administradores da força.

A primeira consequência visível da guerra são os corpos destruídos, sobretudo de crianças, velhos e mulheres. A segunda é a cidade em ruínas. A terceira é a economia fraturada. Todavia, a consequência mais perigosa, talvez seja outra: a guerra altera o padrão de lassidão moral das sociedades. Ela amplia o que pode ser tolerado, dito, financiado, desculpado, relativizado. O bloqueio de ajuda passa a ser interpretado como manobra estratégica. O deslocamento forçado é reescrito como subproduto inevitável. O bombardeio de áreas densamente povoadas é defendido como contingência operacional. O sacrifício de civis torna-se apêndice de alguma razão maior, normalmente formulada com a frieza com que tecnocratas falam de metas fiscais.

Esse rebaixamento não é apenas jurídico: é estético, pedagógico, espiritual. Uma civilização que vê crianças soterradas, hospitais colapsados, jornalistas mortos, comboios humanitários bloqueados e campos de deslocados improvisados, e mesmo assim consegue reorganizar o debate público em torno da eficácia da operação, não está apenas em guerra. Está moralmente doente.

A tecnologia amplia esse risco. Drones, ciberataques, desinformação em tempo real, manipulação algorítmica da percepção, guerra psicológica, automação de mira e circulação instantânea de propaganda fizeram com que o conflito deixasse de ser apenas uma disputa por território. Ele se tornou também disputa pela sensibilidade. Em Taiwan, isso aparece na guerra híbrida, na Ucrânia, na ubiquidade dos drones, no Oriente Médio, na batalha incessante entre devastação material e a, digamos, “saturação imagética”. A violência deforma a capacidade de julgamento do observador. Basta assistir para sentir.

É por isso que a luta contra a guerra precisa ser também uma luta pelo restabelecimento da linguagem moral. É preciso reaprender a nomear. Nomear o bloqueio de comida e remédio como violência, não como “detalhe administrativo”. Nomear o uso eleitoral da ameaça externa como “degeneração democrática”. Nomear o lucro desmedido da indústria armamentista como parte da “economia da destruição”. Nomear o abandono de crises prolongadas como “cumplicidade por omissão”. Nomear, enfim, aquilo que a retórica do poder prefere dissolver em siglas, relatórios, comunicados e justificativas técnicas.

⁸ RUSSELL, Bertrand. *Common Sense and Nuclear Warfare*. London: Routledge (Taylor & Francis), 2009.

O grande erro de muitas consciências bem-intencionadas é pensar que o pacifismo se esgota no “repúdio moral”. Não se esgota! A paz, se quiser ser historicamente eficaz, precisa converter-se em programa público! Isso significa abandonar a dicção vaga das boas intenções e assumir a disciplina concreta das instituições, das coalizões e das prioridades orçamentárias. A ação política das sociedades contra a guerra não pode ser apenas uma sucessão de manifestações simbólicas, ainda que estas tenham seu valor. Ela precisa tornar-se critério de cobrança política das sociedades!

Isso implica, em primeiro lugar, defender cessar-fogo quando viáveis e corredores humanitários sempre que necessários, sem permitir que a proteção de civis seja tratada como concessão. Implica exigir transparência sobre exportações de armas, financiamentos militares, contratos e fluxos de lucro ligados a conflitos em curso. Implica fortalecer o direito internacional humanitário não como ornamento jurídico, mas como limite material da barbárie. Implica financiar com seriedade as agências humanitárias e os processos de reconstrução, em vez de tratá-los como rodapé dos orçamentos da geopolítica.

Temos de reconstruir a educação cívica contra a política do inimigo absoluto. Isso requer escolas, universidades, igrejas, partidos, sindicatos, meios de comunicação, comunidades profissionais e associações civis capazes de ensinar às novas gerações que conflito não é sinônimo de extermínio, que segurança não é sinônimo de militarização sem freio, e que soberania não é licença para o desprezo humanitário. A paz, em outras palavras, precisa voltar a ser uma virtude pública ensinável!

Sem isso, continuaremos a viver entre dois erros simétricos. De um lado, o sentimentalismo impotente, que deplora a guerra, mas não a enfrenta politicamente. De outro, o cinismo pretensamente realista, que chama de maturidade a capitulação moral diante da força. Nenhum dos dois serve. O primeiro consola e o segundo corrompe. Entre ambos existe o campo difícil da responsabilidade democrática: compreender a dureza do mundo sem converter essa dureza em ídolo, admitir a necessidade eventual da força sem transformá-la em método normal de governo e defender segurança sem adorar a guerra.

Talvez o traço mais perturbador das guerras atuais seja o fato de que elas não falam apenas dos lugares onde ocorrem. Falam de nós e daquilo que as sociedades toleram. Falam daquilo que os intelectuais silenciam. Dizem respeito à facilidade com que se mobiliza dinheiro para armamentos e da lentidão com que se mobiliza a compaixão organizada. Basta vez a naturalidade com que líderes em crise interna descobrem, no conflito externo, uma maneira de ressurgir como chefes indispensáveis.

O fato de a indignação persistir, ainda que fragmentária, ainda que fatigada, ainda que por vezes impotente, mostra que não estamos condenados à administração eterna da barbárie. O que falta não é sensibilidade, mas organização moral e política dessa sensibilidade. Faltam instituições, linguagens e lideranças capazes de converter o desconforto difuso em programa público. Faltam promotores da paz à altura da guerra.

A paz não pode continuar confinada ao interior das consciências decentes. Enquanto permanecer apenas como sentimento privado - nobre, sincero, mas desorganizado - ela será derrotada por estruturas de poder que operam com orçamento, aparato, propaganda e oportunidade. A paz precisa voltar a ser ambição pública, linguagem institucional, exigência democrática, ética de governos e prática cotidiana de vigilância contra a sedução da força.

Isso começa por uma suspeita elementar, que as sociedades deveriam cultivar com rigor: sempre que um líder enfraquecido descobrir no conflito externo uma nova fonte de autoridade, é hora de intensificar a desconfiança cívica. Sempre que a desigualdade for compensada simbolicamente por discursos de revanche nacional, é hora de recordar que a humilhação social costuma procurar bodes expiatórios. Sempre que a indústria da defesa se apresentar como solução universal para problemas de segurança, é hora de perguntar quem lucra com a permanência do medo. Sempre que a ajuda humanitária for tratada como tema secundário, é hora de denunciar a obscenidade do contraste.

A paz é mais exigente do que a guerra. Exige imaginação, demora, negociação, memória, autolimitação e justiça. A guerra, ao contrário, tem a vantagem perversa da simplicidade. Ela transforma a complexidade em alvo. É por isso que combatê-la politicamente exige mais, e não menos, coragem.

No fundo, esta é a escolha moral do nosso século: ou as sociedades reaprendem a impedir que a crise doméstica de seus líderes seja exportada como incêndio internacional, ou continuarão a viver entre governantes frágeis que precisam de guerra para parecer grandes e populações exaustas e pobres demais para lhes negar esse teatro. Nada seria mais triste, para uma época que se julgou tão inteligente, do que descobrir que sua forma final de decadência não foi somente a ignorância, mas a normalização da barbárie.